

A professora e o comerciante: cotidiano escolar e relações de poder na Escola do Bosque Silveira (Rio Grande, 1939/1940)

Gerson Wasen Fraga
Ester Rosa Ribeiro

Resumo

No final de 1939, a regente de uma escola da área rural do município de Rio Grande encaminhou uma correspondência ao Poder Executivo daquela cidade manifestando seu desagrado quanto a uma transferência que lhe havia sido imposta, ao mesmo tempo em que pedia a abertura de um inquérito que abrangesse não apenas sua atuação profissional, mas também sua vida pessoal. Por meio do documento produzido por tal investigação, propomo-nos apresentar alguns aspectos do cotidiano de tal realidade escolar, bem como as relações de poder envolvidas em tal caso.

Palavras-chave: História da educação. Relações de poder. Cidade de Rio Grande.

Introdução

Era novembro de 1939 e as primeiras chamas da Segunda Guerra Mundial ardiavam na Europa, preocupando um mundo que talvez não imaginasse a dimensão da tragédia que se iniciava. No Brasil, o governo de Getúlio Vargas, então sob o regime do Estado Novo, oscilava politicamente diante dos acontecimentos internacionais, impondo políticas de cerceamento às liberdades individuais pela repressão, controle sobre os movimentos trabalhistas e censura. Além disso, o governo brasileiro buscava afirmar a ideia de unidade em

* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; professor da Faculdade América Latina (Caxias do Sul-RS).

** Mestranda em Educação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

torno da nacionalidade brasileira, sendo as políticas educacionais um instrumento privilegiado neste sentido.

Contudo, no município de Rio Grande, no extremo sul do Brasil, algumas pessoas tinham de se preocupar com coisas um pouco mais prosaicas. Entre estas estava o então prefeito Roque Aita Júnior, que receberia a seguinte carta, remetida por Inah da Silva Soares,¹ professora no município, datada do dia 10 daquele mês:

Eu abaixo assinada, regente da escola municipal nº XII, localizada no I Distrito – Bosque Silveira, venho muito respeitosamente a V. S. pedir que, não estando satisfeita com a transferência para o Grupo Escolar Lilia Neves no V Distrito – Quinta, se digne mandar abrir inquerito na Escola por mim regida, devassando mesmo a minha vida particular.²

A missiva enviada pela professora remetia-se a um documento anterior, de 16 de outubro daquele ano, apresentando a realização de uma sindicância para averiguar irregularidades no funcionamento da escola do Bosque Silveira. Tal procedimento terminara por recomendar a transferência da regente para outro grupo escolar, o que acabou sendo determinado pelo prefeito.

A partir da solicitação feita pela professora Inah Soares, a Inspetoria de Educação de Rio Grande procedeu a um inquérito, colhendo depoimentos de alguns pais de alunos que residiam próximos à escola, além de ouvir a própria regente. Tal documento nos revela hoje uma pequena faceta do cotidiano da educação em uma cidade interiorana naquele contexto de nossa história, dando voz a uma representante do magistério, ao mesmo tempo em

que expõe uma fração de suas relações com determinados segmentos da comunidade em que vivia. Temos, ainda, uma amostra das relações estabelecidas pelo poder público com os cidadãos comuns, que, ouvidos acerca do trabalho desenvolvido pela professora Inah, não deixaram de ser igualmente avaliados pelo inspetor de ensino responsável por tomar seus depoimentos. Tais elementos se constituem no objeto central deste artigo.

O contexto das políticas públicas de educação nas primeiras décadas do século XX

Segundo Dermeval Saviani,³ é possível distinguir três momentos acerca das políticas educacionais no Brasil ao longo do século XX. Entre 1890 e 1931, a oferta escolar primária seria viabilizada pelas unidades da federação (configurando o que Saviani classifica como predominância do federalismo). Já o segundo momento, que se estenderia até 1961, seria marcado por uma maior ingerência da União, buscando regulamentar e uniformizar as políticas de ensino. Por fim, as últimas quatro décadas seriam assinaladas por uma concepção pedagógica voltada para a produtividade, refletindo a maior inserção do Brasil no sistema capitalista mundial. Cabe lembrar que esta periodização deve ser tomada apenas como sugestão, pois, de acordo com Jorge Nagle,⁴ marcos cronológicos não significam mudanças profundas no sistema escolar brasileiro.

Contudo, entre a implantação da República e o golpe do Estado Novo, a educação brasileira foi alvo de muitas reformas, indo desde a proposição de uma nova base curricular (caso da reforma proposta por Benjamin Constant) até a supressão do caráter oficial do ensino (Lei Orgânica Rivadávia Corrêa, de 1911). Ao mesmo tempo, o federalismo, dadas as realidades políticas e econômicas desiguais dos estados brasileiros, ampliava as diferenças entre o centro e a periferia. Assim, Otaíza Romanelli salienta:

Todas essas reformas [...] não passaram de tentativas frustradas e, mesmo quando aplicadas, representaram o pensamento isolado e desordenado dos comandos políticos, o que estava muito longe de poder comparar-se a uma política nacional de educação.⁵

Assim, não há nessa época a configuração de uma política nacional voltada à educação, dado que isso feriria a noção do pacto federativo. À União cabiam os cuidados com a educação secundária, ficando os Estados responsáveis pelos seus níveis mais elementares. Os órgãos federais criados para supervisionar e orientar questões relativas à matéria eram subordinados a ministérios, que pouca ou nenhuma relação possuíam com a educação.⁶ Situação semelhante ocorria nos estados, onde apenas a partir da década de 1920 as Inspetorias de Educação ficaram sob a direção de pessoas qualificadas no assunto.

Contudo, esse período é também marcado pela entrada em cena do movimento conhecido como “Escola Nova”, propondo a inserção do país em um contexto urbano e industrial pela adoção de novos moldes

educacionais. Partindo da premissa de que a educação sobre bases públicas se constitui em um direito, seus principais teóricos (Anísio Teixeira, Cecília Meireles, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho) conferiam ao educando o papel de agente central nas transformações desejáveis para o país. Assim, à reestruturação da educação corresponderiam importantes mudanças sociais, de acordo com as transformações pelas quais estaria passando a própria sociedade brasileira.⁷

A partir de 1930, a ação governamental faria emergir iniciativas relacionadas ao ensino, tais como a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e a reforma que ficaria conhecida sob o nome de seu proponente: Francisco Campos. Esta, com efeito, procurava alterar a estrutura do ensino pela criação de sistemas específicos para a educação universitária e secundária, atribuições da União desde a República Velha, assinalando o início de uma ação mais objetiva do Estado em relação ao ensino.⁸ Dentro desse espírito, surgiu em 1932 o “Manifesto dos Pioneiros da Educação”, discutindo soluções pela criação de um plano nacional, da regionalização do ensino e da defesa da escola pública. Assim, a Constituição de 1934 estabeleceria o direito coletivo à educação, competindo à União a função de fiscalização e coordenação; aos Estados, segundo o artigo 151, caberia organizar e manter os seus sistemas próprios segundo as diretrizes definidas pela União e pelos Conselhos Estaduais de Educação.

Com o golpe do Estado Novo em 1937, sob a justificativa da manutenção da

ordem contra a agitação promovida pelas oposições, as políticas públicas em educação passaram à égide do autoritarismo e da centralização do poder. O Estado atribuía à educação uma finalidade socializante, difundindo a ideia de respeito à pátria, aos seus símbolos e tradições, fomentando a consolidação do nacionalismo brasileiro através da noção de uma unidade moral e espiritual de nosso povo.⁹ Para combater as perspectivas divergentes a esse sentimento, foram levadas a cabo políticas e ações, tais como a obrigatoriedade do ensino em língua portuguesa e o estudo da história e geografia do Brasil. Coelho de Souza, secretário estadual de Educação durante o período, assim descrevia os objetivos da política educacional no Rio Grande do Sul:

Sem vacilações [...], sem transações com o espírito negativista, temos procurado orientar as novas gerações no sentido da beleza moral da vida e do cumprimento do dever cívico, ao reconhecimento dos valores espirituais, à consagração à Pátria, ao ideal da unidade brasileira, à disciplina da vontade, à vocação da ordem, à austeridade da conduta, à elegância das atitudes.¹⁰

O controle da qualidade da educação e dos ideais referidos no discurso de Coelho de Souza eram feitos pelos inspetores de educação, “na forma de inspeção rigorosa e pontual de questões que eram entendidas como prioritárias e como tal, verificadas com rigor, em seu cumprimento”.¹¹ No processo analisado neste artigo, tais profissionais são centrais, pois são eles que procedem às sindicâncias e sugerem ao prefeito uma solução para o caso. Segundo René Gertz,¹² podemos observar que no Rio Grande do Sul desse período perseguiam-

se três objetivos no campo do ensino básico: ampliação do número de escolas e professores, a definição do plano de carreira e a elaboração de normas e critérios para as escolas. No processo ora em análise, percebemos pelo menos um desses objetivos explicitamente: a ampliação da rede escolar pelo desbravamento das zonas rurais pela alfabetização, ficando subentendida na preocupação com a conduta profissional da regente e as questões normativas referentes ao ensino no município de Rio Grande.

O cenário

Em um artigo intitulado “Fragmentos de uma cidade: a cidade do Rio Grande frente a alguns aspectos da modernidade”, a historiadora Beatriz Olinto descreve nosso cenário da seguinte forma: “[...] cidade localizada em uma península espremida entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, um lugar onde o ser humano teima há séculos em tentar estabelecer-se contra as intempéries da natureza.”¹³ Com efeito, desde inícios do século XVIII os portugueses procuravam se firmar na região litorânea às terras da Colônia espanhola (para não falarmos da anterior ocupação indígena naquela estratégica faixa de areia), construindo fortificações capazes de a defender das invasões promovidas pelos vizinhos do sul. Posteriormente, a posição de único porto na estremadura brasileira fazia da cidade o local privilegiado para o escoamento de toda a produção agrícola e pecuária da região, gerando uma cidade potencialmente atrativa para investimentos de toda ordem.

De acordo com Sandra Pesavento,¹⁴ a formação da Câmara do Comércio de Rio Grande em 1844 atesta a importância da cidade para a economia regional. O posto de escoadouro da produção pecuária permitiria o surgimento de importantes casas comerciais, atraindo imigrantes que dispunham de recursos financeiros e que procuravam uma boa oportunidade para investir seu capital. Já em fins da década de 1860, a economia rio-grandina comportava dois estabelecimentos bancários: um da firma Mauá & Cia e outro do Banco Londrino e Brasileiro, enquanto ingleses e alemães controlavam a principal fatia de seu comércio. Era, segundo Olinto:¹⁵

Uma cidade operária, onde a indústria sobrepujava a vocação pesqueira trazida pelos imigrantes açorianos, onde a população tentava sobreviver amontoada em cortiços constantemente fiscalizados pelas autoridades e os sindicatos organizavam-se na luta por direitos para os trabalhadores, entre constantes conflitos e greves. Uma cidade burguesa, onde grandes companhias de teatro e balé, rumo a Porto Alegre ou Buenos Aires, faziam escala, com apresentações nos vários teatros da cidade, também repleta de cinemas e praças, onde aos domingos as famílias iam passear. Cidade portuária, com comércio forte, navios com diversas bandeiras tremulando em seus mastros, incontáveis estranhos desembarcando diariamente.

Ainda conforme Pesavento, a supremacia comercial de Rio Grande apenas seria abalada a partir da década de 1870, com o desenvolvimento urbano e comercial de Porto Alegre, beneficiada pelo papel de entreposto dos produtos coloniais da região do Vale do Rio dos Sinos e da encos-

ta da Serra Gaúcha.¹⁶ Isso, contudo, não significa que a cidade litorânea tenha entrado em decadência, uma vez que sua característica de canal de exportação a tornava especialmente atraente para o capital industrial. Surgem na cidade, por exemplo, a tecelagem Rheingantz (1873), a indústria de biscoitos e enlatados Leal Santos (1890); a fábrica de charutos Poock (1891), entre outras. Por extensão, a cidade também atraía um vasto contingente de operários que para lá se deslocavam em busca de trabalho, resultando no crescimento da malha urbana e aumentando o leque das necessidades a serem atendidas pelo poder público, entre as quais o acesso à educação para operários e seus filhos.

Talvez o exemplo mais vívido acerca da necessidade de uma maior oferta de vagas no ensino público em virtude do crescimento industrial do município seja a ação da tecelagem Rheingantz, ao disponibilizar uma escola própria aos seus trabalhadores.

O estabelecimento de Rheingantz possuía ainda uma sala de aula que funcionava aos domingos para dar instrução aos 25 meninos que nela trabalhavam. Em 1882, esta atividade foi ampliada para a fundação de uma escola, que passou a funcionar em prédio especialmente construído para este fim. Desde o seu início, a escola alfabetizava e oportunizava estudo não apenas aos filhos dos operários, mas a eles próprios. Rheingantz chegou a estipular meio turno de trabalho para os operários menores, pagando jornada completa com a condição de os mesmos frequentarem a escola na outra metade do dia. A fábrica possuía por isso duas turmas para menores que se revezavam.¹⁷

Acidade, contudo, não perdia também sua vocação para a economia primária, havendo em sua ampla extensão geográfica diversos distritos onde a população vivia da pesca e da agricultura. Também nessas localidades a instalação de escolas tornou-se um imperativo a partir do momento em que a educação passou a ser percebida como um elemento de desenvolvimento econômico – ainda que no papel de formador de mão de obra – bem como propagadora de valores nacionalistas, num contexto no qual a construção da ideia de uma nacionalidade coesa era tida como verdadeira missão patriótica a ser conduzida pelos responsáveis pela educação no país.

Mas o que poderia atrapalhar tão nobre missão?

Os depoentes

Em 11 de janeiro de 1940, o inspetor de ensino Eugênio Carneiro, acompanhado pelo senhor Mário Rodrigues Carvalho, que fora designado para cumprir com a função de escrivão, compareceu, por volta do meio-dia, à localidade do Bosque Silveira, a fim de colher depoimentos de moradores a respeito do desempenho profissional da professora Inah Silveira. O trabalho daquela tarde geraria 15 páginas, nas quais, para além das impressões pessoais do inspetor a respeito do caso, temos igualmente uma pequena janela aberta ao cotidiano da educadora, cuja vida é vasculhada por meio de oito sucintos depoimentos de pais de alunos atendidos pela Escola Municipal nº XII.

Segue-se ainda o depoimento da própria professora Inah, a quem foi oferecido

o direito de defesa às acusações feitas ao longo daquela tarde. O processo é acompanhado da informação de que outros três depoentes foram ouvidos, não sendo seus depoimentos materializados sob a forma escrita, por serem fornecidos por pessoas que não sabiam “ler nem escrever”. Mesmo assim, o inspetor fez questão de registrar que David Bastos (pai de Amélia), Manoel Neves (pai de Manoel e Jorge) e Francisco Souza Neves (pai de Adão, Idema e Noeli) encontravam-se satisfeitos com o aproveitamento escolar dos filhos, não tendo nada a dizer contra a professora.

Temos aqui uma primeira questão a respeito do processo em análise: Teria sido estabelecida alguma medida de valoração pelo inspetor de ensino (que era, lembremos, um funcionário público) sobre os depoimentos, pelo fato de serem proferidos por pessoas não alfabetizadas? A princípio, poderíamos responder negativamente, uma vez que três dos oito depoentes cujos relatos foram registrados declararam-se iletrados, sendo seus depoimentos assinados a rogo por algum familiar próximo.

Outrossim, podemos ainda cogitar a possibilidade de que os três primeiros depoimentos citados não tenham sido formalizados pelo simples fato de que não houvesse, naquele momento, algum familiar próximo apto a ler o registro produzido e assiná-lo (desde que o depoente se mostrasse em conformidade com o que fora relatado pelo escrivão). Seria, assim, meramente uma questão de impossibilidade de formalizar os três primeiros registros citados ao processo. Contudo, gostaríamos de voltar a este assunto oportunamente.

O primeiro depoimento registrado foi colhido junto ao senhor Luiz Souza Junior, comerciante na região do Bosque Silveira, casado e contando então com cinquenta anos de idade. Segundo este, “vários pais não mandam seus filhos à escola porque os mesmos declaram que a professora não ensina, não querendo portanto que seus filhos percam tempo”. Inquirido ainda sobre quais seriam esses pais, o depoente aponta os nomes de José Veiga, José Domingos Furtado e Virgínia Guerreiro de Souza. O curto depoimento comportou uma última pergunta: “Que conceito moral tem sobre a professora?” A resposta registrada resume-se a um sucinto “Ótimo”.

Segue-se o depoimento de Virgínia Guerreiro de Souza, viúva, doméstica, com 43 anos de idade, e referida por Luiz Souza Junior como uma das pessoas que havia retirado seus filhos da escola. A depoente, com efeito, argumentou que assim havia procedido ao término de agosto de 1939 “porque pouco ensinava a professora que além disso maltratava seus filhos”. Este maltratar consistiria na exigência de uma disciplina exagerada, enquanto teria para com os demais alunos “muita tolerância” ao ensinar, ressaltando, porém, a inexistência da aplicação de castigos físicos.

A respeito do funcionamento da escola, Virgínia Guerreiro relatou ainda ao inspetor que apresentava uma frequência irregular e que, “ao aproximarem-se os exames, é que a professora, de casa em casa, anda à cata de alunos para efeito da apresentação de maior número possível de alunos”, certamente se referindo aos relatórios de frequência a serem apresentados ao inspetor de ensino do município.

A exemplo do depoente anterior, Virgínia Guerreiro também foi indagada acerca do “conceito moral” que possuía sobre a professora, afirmando nada ter a dizer sobre isso. O depoimento foi assinado pelo seu filho, Arnaldo.

O terceiro depoente no processo foi José Domingos Furtado, 38 anos, agricultor, igualmente apontado por Luiz Souza Júnior como integrante do grupo de pais que haviam retirado os filhos da escola em razão do baixo rendimento apresentado pela professora. Em seu depoimento, afirma haver retirado a filha Marina durante o mês de junho de 1939, posto que “a professora não tinha o cuidado necessário para com os alunos deixando-os, por vezes, juntos meninos e meninas onde se faltavam com o respeito além da inconveniência dos brinquedos violentos”. Afirmando ainda ter procurado a professora Inah a fim de queixar-se de que a filha havia aparecido em casa com piolhos, julgando que os havia adquirido no contato com outras crianças na escola, ao que a regente haveria replicado, afirmando que “isso não tinha importância, visto que seus próprios filhos os tinham”. Considerava ainda que a professora Inah não era suficientemente enérgica para desempenhar sua função.

Questionado acerca do funcionamento da escola, José Domingos afirmou que possuía um funcionamento irregular, tanto que o número de alunos faltantes poderia chegar à metade da turma. Assim, teria sido procurado no mês de novembro de 1939 pela professora Inah, que lhe teria solicitado o comparecimento da filha aos exames do final do ano letivo, embo-

ra esta se encontrasse afastada das aulas desde o mês de junho. Por fim, igualmente questionado acerca do conceito moral que teria sobre a professora em questão, afirmou “que nunca ouviu nota que desabonasse sua conduta privada”. O depoimento é assinado a rogo por sua esposa, Osvalda Furtado.

Após esse depoimento, o inspetor esclarece que buscou ouvir José Veiga, igualmente citado pelo primeiro depoente. Contudo, este não teria sido encontrado “por achar-se ausente”. Assim, buscou o inspetor outros depoimentos de moradores da região acerca do funcionamento da escola e dos procedimentos da professora Inah, trazendo mais cinco pequenos relatos acerca da Escola do Bosque, de seu funcionamento e de sua regente.

Desse modo, o quarto depoimento trazido no processo é atribuído a João Porta Nova, agricultor, casado, contando na época com 46 anos de idade. Este, ao ser interrogado acerca do motivo pelo qual retirara sua filha Aline da escola, em julho de 1939, afirmou que o fizera por “necessitá-la em casa”. Contudo, quando perguntado se Aline havia aprendido algo na escola no período em que a frequentara, respondeu positivamente, ainda que afirmasse nada saber a respeito de seu funcionamento. Assim como os depoentes anteriores, afirmou nada saber de desabonatório à conduta privada da professora. Na mesma direção vai o depoimento do agricultor Silvino Pereira, português, casado e com 52 anos na ocasião, que afirmou haver retirado as filhas Edite e Odete da escola em maio de 1939 pelo fato de que a primeira havia fi-

cado doente, o que privava a segunda de companhia. Ao contrário dos três primeiros depoentes, disse que a escola funcionava com regularidade e que suas filhas aproveitavam os estudos no período em que a eles se dedicaram, em especial a primeira. Declarou ainda, quando interrogado sobre tal, que nada tinha a dizer contra a conduta moral da professora.

Igualmente da agricultura ocupava-se o sexto depoente, Antonio Ferreira Só, casado, de nacionalidade portuguesa, com 38 anos de idade e pai de Hilma e Juracy. Segundo este, as filhas haviam frequentado a totalidade do ano letivo de 1939 com algumas poucas faltas por motivos de saúde. Estava contente com os estudos destas, pretendendo matriculá-las novamente no ano seguinte. Coadunava-se a este o depoimento de Manoel Antunes, agricultor de 42 anos de idade, cujas filhas Jacy, Nelsy e Nilva frequentaram todo o ano letivo de 1939 “apenas com poucas faltas por motivos vários”, e que “se não aproveitaram mais é por sua própria culpa”. Assim como Antônio Só, Manoel declarava-se satisfeito com o trabalho da professora Inah, afirmando que, “no que sabe pelos seus filhos, a escola funciona regularmente, não havendo faltas da professora”. Por fim, diante do onipresente questionamento acerca da conduta moral da regente, afirmou “que só tem a dizer bem, tratando-se de pessoa honesta e de conduta exemplar”.

O último depoente ouvido por Eugenio Carneiro foi o pescador Jacintho Bonilha, casado, com 52 anos de idade, cujos filhos, Marcelo e Jacy, frequentaram a escola local durante o ano de 1939, estando

contente com o aproveitamento deles. Afirmou que a escola funcionava com regularidade e que pretendia não apenas rematricular os dois filhos já citados, como ainda a outra filha, que atingira idade escolar. Disse ainda, questionado que foi acerca do conceito moral em que tinha a professora, “que só tem a dizer bem, tratando-se de pessoa honesta e de conduta exemplar”.

Segundo consta no inquérito, o inspetor Eugênio Carneiro, julgando suficientes tais relatos, ouviu, como última depoente, a própria professora Iná da Silva Soares, casada e com trinta anos de idade na época, a fim de que se manifestasse a respeito daquilo que julgasse necessário.

A primeira assertiva da professora em sua manifestação nos indica o caminho pelo qual passa a resolução administrativa do caso. Com efeito, questionada a respeito do que teria a dizer sobre a argumentação do depoente inicial, a professora respondeu “que primeiramente é desafeta do sr. Luiz de Souza Junior”. O caso, dessa forma, mostra-se permeado por uma relação de pessoalidade que envolve sua vida privada, perpassando pelo campo de atuação profissional da regente. Afirmou ainda que José Veiga, citado pelo primeiro depoente e não encontrado pelo inspetor de ensino, nunca expressou qualquer descontentamento com relação à escola; apenas retirara seus filhos dela, quiçá por alguma insinuação estabelecida pelo comerciante.

Já os depoimentos de Virgínia Guerreiro e José Domingos mereceram uma maior atenção por parte da professora. Após afirmar que, em sua atividade profissional, não fazia distinção entre os alu-

nos, requerendo de todos ordem, asseio e disciplina, refere-se aos filhos de Virgínia Guerreiro, classificando o menino (identificado por José) como “insubordinado e intolerante”, e que “por isso mesmo usava para com o mesmo a energia necessária”. Já sua irmã Diva é classificada como uma boa aluna, por ser “obediente e dócil”.

A respeito da alegada irregularidade de funcionamento da escola, afirmou ainda que a depoente “nunca visitou a escola”, motivo pelo qual não poderia fazer tal afirmação. Alegou ainda que a acusação de procurar os alunos apenas quando dos exames se constituía em inverdade, pois, ao contrário, insistira durante todo o ano para que os pais mandassem seus filhos à escola.

Por fim, quanto ao terceiro depoimento, argumentou a professora que os alunos, na hora do recreio, ficavam sob sua vigilância, não havendo negligência ou queixas de outros pais a respeito de tal acusação. Quanto aos piolhos, objetou que tal fato era muito comum, havendo mesmo um caso em sua família, “não obstante o asseio rigoroso porque todos passam”. Declarou-se ainda surpresa quanto à questão da frequência à escola, posto que o senhor José Domingos Furtado nunca havia comparecido à mesma para uma simples visita. Concluindo, disse ter se encontrado casualmente com este em determinada ocasião, quando teria perguntado se Marina não retornaria à escola, recebendo uma resposta negativa, pois “sua mãe achava-se doente”. O pai, contudo, expressara na ocasião seu contentamento com o desempenho da filha na época em que esta frequentara a escola.

Algumas considerações acerca do processo

Diante do inquérito apresentado, produzido a pedido da própria professora regente da Escola do Bosque Silveira, somos levados inicialmente a nos questionar sobre os motivos que levaram a tal solicitação, bem como acerca dos detalhes que tal documento pode nos revelar quanto à educação nas primeiras décadas do século XX no interior do Rio Grande do Sul.

Conforme colocamos no início de nossa exposição, a correspondência enviada pela professora Inah Silveira ao prefeito municipal de Rio Grande naquele mês de novembro de 1939 remetia-se a outro documento, datado do dia 16 de outubro, mostrando os efeitos de uma sindicância anteriormente realizada naquela escola. Neste documento, a primeira pessoa a ser ouvida é a esposa de Luiz de Souza Júnior (o primeiro depoente do inquérito conduzido pelo inspetor Eugênio Carneiro no ano seguinte), e que foi interrogada diante da ausência do marido naquele momento.

Ouvindo-a, declarou-nos que a professora Iná Soares nada ensina aos seus alunos, porque lhe faltam conhecimentos para tal, e é de um gênio incompatível com a função de mestre, maltratando, por vezes, as crianças que tem a seu cargo com gestos e palavras. Disse mais que o descontentamento, na povoação, é geral em face do pouco ou nenhum rendimento intelectual que a escola lhes dá.

Ouviu ainda aquele inspetor¹⁸ outras quatro moradoras da localidade, que afirmaram haver retirado seus filhos da escola “porque eles ali nada aprendiam”,

posto que “a professora não sabia ensinar”. Dentre estas, uma ainda tratou de apresentar queixa, afirmando que seu filho de 12 anos de idade fora maltratado pela docente e suspenso, sem maior razão, pelo prazo de 15 dias. Esta, provavelmente, deve ser a Virginia Guerreiro, responsável pelo segundo depoimento prestado no início de 1940. Contudo, também nesta ocasião a professora Inah foi ouvida, afirmando que o aluno afastado apresentava um mau comportamento, chegando mesmo a ameaçá-la. Assim, os relatos apresentados pelos dois documentos apresentam pontos de semelhança após os três meses que decorrem entre suas produções, levando-nos a cogitar acerca da existência de uma relação conflituosa entre professora e aluno naquela ocasião.

Porém, também nesta primeira ocasião, outros moradores foram ouvidos, declarando-se satisfeitos com relação ao trabalho desenvolvido pela professora Inah Soares. Ao mesmo tempo, esta primeira sindicância afirma que compareceram naquele momento à escola duas outras professoras (Laurinda Macedo Xavier e Dalva Moraes), que “procederam a um exame geral dos alunos presentes”, acabando por deduzir “um relativo aproveitamento dos alunos, não podendo, entretanto, firmar um critério decisivo, por isso que só o poderiam fazer com um conhecimento formal do tempo de escola de cada aluno”. Ressalta ainda o documento que, dos 22 alunos matriculados, compareceram naquele dia somente 15.

É curioso notar que no inquérito realizado em janeiro de 1940 o inspetor Eu-

gênio Carneiro apresenta números próximos (embora não idênticos), constatando a existência de 23 alunos matriculados, dos quais teriam comparecido vinte aos exames. Contudo, um recenseamento realizado anteriormente teria apontado 38 jovens residentes na região em idade escolar, o que significaria que quase metade dos potenciais alunos estaria fora da escola naquele momento. Seria isso resultado de um trabalho insatisfatório por parte da professora Inah?

Creemos que não, e alguns dos depoimentos nos oferecem subsídios nesta direção. Com efeito, o quarto depoente, João Porta Nova, retirara sua filha da escola por necessitar dela em casa. De modo semelhante, Antônio Ferreira Sá, o quinto depoente, excluía suas filhas do universo escolar por motivo de doença e falta de companhia. Já Manoel Antunes (sétimo depoente), embora não tenha retirado suas filhas da escola, afirmara que elas não teriam tido um melhor aproveitamento por sua própria culpa.

Assim, com base nos depoimentos registrados por Eugênio Carneiro, é possível perceber que existiam outras necessidades nesta comunidade que se sobreporiam ao universo escolar. Acreditamos que dois fatores corroboram nossa hipótese. Em primeiro lugar, temos o fato de que a comunidade do Bosque Silveira nos é retratada como uma sociedade de agricultores, nas quais é conhecida a importância da mão de obra familiar como elemento auxiliar no processo produtivo. Ao mesmo tempo, há o fato de que boa parte da comunidade era distante do universo escolar, o que se

reflete no alto número de adultos não alfabetizados e na importância atribuída aos estudos na vida de seus filhos. Embora isso não esteja explícito, é plausível imaginar que tal tenha sido a situação colocada por Manoel Antunes (sétimo depoente) ao argumentar que as filhas não aproveitaram mais os estudos por sua própria culpa.

O fato de a maior parte dos moradores do Bosque Silveira se constituir de iletrados também se reflete nas observações feitas pelos inspetores nas sindicâncias. Já em outubro de 1939, o documento então produzido comentava acerca das já referidas quatro senhoras que haviam retirado seus filhos da escola por considerarem que a regente não cumpria com suas funções, bem como sobre os outros moradores ouvidos:

É de salientar, entretanto, que as quatro senhoras aludidas declararam não saber ler nem escrever. Não nos parece pois, mereçam fé as suas declarações de que seus filhos nada aprendiam na escola e de que a professora não sabe ensinar. [...]

Outros moradores do local, ouvidos a seguir, declararam-se satisfeitos com seus filhos na escola. São, igualmente, todos falhos dos rudimentares conhecimentos escolares para que se tome em consideração suas declarações.

A quase totalidade dos habitantes da povoação compõe-se de chacareiros e pescadores, gente de pouca ou nenhuma instrução, donde a dificuldade de se firmar uma base concreta para um parecer sobre o caso em tela.

Ainda no documento produzido em 1939, há a referência de que estariam matriculados na escola, naquele momento, 22 alunos, tendo comparecido no dia da visita

do inspetor tão somente 15. Conforme as palavras produzidas no documento, “a professora Ina Soares atribue êste inconveniente ao pouco interesse que alguns paes tomam pela instrução de seus filhos, o que se justifica, como acima dissemos, dada a diminuta instrução que possuem, por sua vez, os paes”. Lembremos que em janeiro de 1940 o inspetor Eugênio Carneiro deixou de registrar sob a forma escrita outros quatro depoimentos por não saberem os depoentes ler ou escrever.

Ainda que, conforme já aludimos acima, tal fato possa ser atribuído ao fato de não se encontrar no momento alguém que pudesse realizar a leitura do documento para os depoentes e por eles assinar, fica latente, diante dos dois registros, o distanciamento existente entre o mundo dos letrados, representado naquele momento pelo inspetor, e o mundo dos iletrados do Bosque Silveira, constituído basicamente por “chacareiros e pescadores”. Tal questão nos parece ilustrativa das históricas limitações ao acesso à cidadania na história do Brasil, explicitadas pela ausência de fé dada pelos inspetores aos depoimentos originados por iletrados.

Contudo, o elemento que nos parece surgir como motivador da sindicância movida contra a professora Inah diz respeito não a questões propriamente pedagógicas, mas envolvendo relações de poder na localidade do Bosque Silveira. Com efeito, os elementos detonadores da sindicância são o primeiro depoente, Luiz Souza Junior, e sua esposa, que já em 1939 foram procurados a fim de terem seus depoimentos colhidos. Este caráter de personalidade

transparece quando vislumbramos o depoimento da regente, emitido naquele mês de outubro:

A professora municipal Sra. Iná da Silva Soares, ouvida, afinal, declarou que uma questão puramente pessoal, fundamente enraizada, entre a família dela, declarante, e a do Sr. Luiz de Souza Junior, transformou-se, por parte da família deste, em fanática perseguição à escola, cuja direção procura, à todo esforço, desmoralizar, concitando os moradores do local que lhe são obrigados por favores de ordem comercial, a retirar os filhos da escola.

Um detalhe que talvez passe despercebido diante de uma análise menos acurada dos documentos é o fato de que em momento algum é referido que o comerciante Luiz Souza Junior e sua esposa tivessem filhos matriculados na Escola do Bosque Silveira. Se levarmos em conta que todos os pais cujos depoimentos foram materializados no inquérito tiveram seus filhos citados nominalmente, a possibilidade de que o motor original de todo o processo realmente seja um caso de desavença entre as famílias da professora e do comerciante nos parece plausível, uma vez que esta sequer seria atingida pessoalmente por um eventual mau funcionamento da escola, servindo, no máximo, como elemento centralizador de alguma insatisfação da comunidade quanto ao seu funcionamento. Assim, confirma-se o papel de liderança do comerciante naquela comunidade, reforçado por sua atividade profissional e seu acesso ao mundo das letras em uma sociedade de pessoas simples e em grande medida analfabetas, podendo, assim, angariar “partidários” em seu conflito pessoal com a regente escolar.

O caráter de desavença pessoal é ressaltado pelo fato de a própria professora Inah Soares solicitar a devassa de sua vida particular na correspondência enviada ao prefeito naquele mês de novembro. Tal pedido somente pode ser compreendido se, em algum momento, boatos ou insinuações acerca da vida pessoal da regente, fundamentados ou não, encontraram difusão entre os moradores da comunidade onde ela exercia sua atividade profissional. Ainda que os desafetos mais notórios da professora afirmassem nada saber de desabonador acerca de sua vida pessoal, deve-se considerar que depoimentos prestados diante de agentes públicos não costumam oferecer maledicências e fofocas que não possam ser comprovadas. Contudo, é mais do que evidente, com base no pedido feito pela própria interessada, bem como pela insistência do inquiridor neste aspecto, que houve uma campanha difamatória (fosse ela orquestrada ou não) contra a professora Inah Soares na comunidade do Bosque Silveira.

Merece destaque ainda o fato de que apenas os três primeiros depoimentos apresentaram acusações ou reticências quanto ao trabalho da professora Inah, o que não foi corroborado pelos registros seguintes, prestados por pessoas aparentemente escolhidas “a esmo” pelo inspetor Eugênio Carneiro dentre os moradores da comunidade. Aqui, os casos de evasão relatados estão ligados não ao trabalho da regente, mas ao lugar ocupado pelo ensino dentro das prioridades daquela sociedade.

Com efeito, o Bosque Silveira localizava-se, para os padrões da época, afasta-

do da zona central da urbe, sendo ocupado não por pessoas vinculadas ao trabalho industrial – onde, como vimos, a necessidade de uma educação formal fazia-se então mais premente –, mas majoritariamente por agricultores e pescadores, que poderiam trazer consigo uma cultura de maior valorização das atividades manuais sobre o estudo (mesmo nos caso das crianças, dada a necessidade da mão de obra doméstica na produção). Simultaneamente, não costumavam ser considerados “dignos de fé” por parte do poder público. Seus moradores não eram os prestigiadores das companhias de teatro e balé que faziam escala em Rio Grande rumo a Porto Alegre ou Buenos Aires, dando-lhe ares de cidade moderna. Antes, eram tomados como cidadãos de segunda classe, afastados do centro político municipal e que nada ofereciam de substancial nos seus depoimentos, segundo a perspectiva dos inspetores de ensino, além da expressão de uma relação de desavença pessoal, que deveria ser sanada a fim de que a escola pudesse continuar a atender as crianças da localidade.

Assim, no jogo de interesses entre a professora e o comerciante, apresentava-se como solução mais prática ao poder público a transferência daquela para outra escola, o que evidencia um último ponto importante em nossa análise: a fragilidade do trabalho desenvolvido pela docente (independentemente de sua qualidade) diante de qualquer elemento que representasse risco ao bom andamento do “processo educacional”, quiçá uma das poucas manifestações de presença efetiva do poder público no Bosque Silveira naquele momento.

Considerações finais

Quase dois meses antes de Inah da Silva Soares encaminhar sua correspondência ao prefeito municipal de Rio Grande solicitando a abertura um inquérito na escola em que trabalhava, averiguando não somente os assuntos relativos a sua vida profissional, mas também pessoal, chegava ao fim a primeira das investigações promovidas pelo poder público municipal a respeito do caso. Nesta oportunidade, o inspetor escolar designado para a investigação assim apresentava suas conclusões:

De todo o exposto ressalta, pois, que ha, fundamentado ou não, um descontentamento de parte da população do “Bosque” sôbre o funcionamento da Escola Municipal ali sediada, o que vem em prejuízo da mais elevada e patriótica iniciativa dos governos atuais, qual seja, a do desbravamento das zonas rurais com a alfabetização.

Á superior palavra de V. Exa. o assunto, como o nosso modesto parecer de que sanaria, talvês, o inconveniente, a transferência, sem qualquer prejuízo dos seus direitos, da professora em fóco. Ressalvar o interesse coletivo, mau grado, embora, o interesse individual.

No mesmo documento, de próprio punho, o chefe do Executivo municipal estabelecia que a professora Inah deveria ser transferida para o bairro da “Quinta” (outra povoação rural da cidade de Rio Grande, mais afastada ainda de seu centro urbano), passando a professora Julietta Azambuja, até então regente da escola desta localidade, a desempenhar suas atividades profissionais no Bosque Silveira.

A determinação da transferência, contudo, representava para a regente em

questão uma derrota em seu conflito pessoal com o comerciante Luiz Souza Junior, dado que ambos ocupavam “locais de poder” dentro daquela comunidade, quais sejam, o comércio e a escola. Afastada de sua tribuna, perdia ela um importante espaço na comunidade em que morava, além do que poderia a transferência ser interpretada por seus vizinhos como uma punição, que confirmaria a opinião de seus acusadores. A solicitação de um novo inquérito, portanto, foi a alternativa encontrada por ela para tentar reverter esta primeira derrota, ao mesmo tempo em que procurava esclarecer quaisquer boatos que porventura tivessem sido lançados acerca de sua vida pessoal.

A tentativa de reverter tal situação por parte da regente, contudo, acabou por se mostrar infrutífera, dado que o novo inquérito reafirmou que “a professora em apreço está cercada de certa antipatia por parte de alguns elementos do local, o que representa inconveniência para o funcionamento regular e normal da escola”. Assim, opinava o inspetor Eugênio Carneiro que “a escola deveria ser dirigida por outra regente”, permitindo, porém, à professora Inah escolher a escola em que gostaria de desempenhar suas atividades profissionais (desde que do mesmo estágio educacional) sem maior prejuízo de seus interesses profissionais. A sugestão foi novamente acatada pelo prefeito, estando tais determinações registradas de próprio punho no verso de uma das folhas do documento.

Enquanto isto, a modernização da cidade prosseguia, assim como a movimentação dos navios em seu porto. Talvez, ago-

ra que o inquerito a respeito da professora Inah estava encerrado, sobrasse até algum tempo aos agentes públicos envolvidos a fim de saber das últimas notícias da guerra na Europa.

The teacher and the merchant:
scholar daily and reports of power in
Bosque Silveira School (Rio Grande
City, 1939/1940)

Abstract

In the end of 1939, the regent of a school of the rural area of the Rio Grande City sent a correspondence to the executive power of that city, manifesting his displeasure as for a transfer that had been him imposed, at the same time in that she asked for the opening of an inquiry to include doesn't just sweat professional performance, but also his personal life. Through the document produced by such investigation, we intend to present some aspects of the daily of such a school reality, as well as the relationships of power involved in such a case.

Key words: History of the education. Reports of power. Rio Grande city.

Notas

- ¹ Ao longo do processo, encontramos o nome da professora também grafado como “Iná”. Usaremos aqui a forma apresentada em sua assinatura pessoal (Inah) sempre que a ela nos referirmos, exceto quando citado de forma diferente pelos documentos analisados.
- ² Todos os documentos citados neste trabalho integram um amplo acervo existente na cidade do Rio Grande. Tal acervo, que se localizava de

forma contígua à prefeitura, esteve ameaçado após um incêndio atingir a sede do Executivo municipal no ano de 2006. Com o intuito de preservar tais documentos, foi desenvolvido o projeto “Memória e informação: salvamento do patrimônio documental de Rio Grande”, liderado pela professora Márcia Naomi Kunichi, da Universidade Federal do Rio Grande (Furg), envolvendo 15 acadêmicos nas atividades de higienização e catalogação. O processo aqui trabalhado encontrava-se então na pasta de número 11 da caixa Reg. 009. Expressamos aqui nossos agradecimentos à professora por seu trabalho e pelo acesso aos documentos relativos à educação, digitalizados pelos autores durante o ano de 2007. Manteve-se aqui a grafia apresentada nos originais.

- ³ SAVIANI, Dermeval. A política educacional no Brasil. In: STHEFANO, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005. v. III
- ⁴ NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. t. III, v. II
- ⁵ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 43.
- ⁶ O exemplo mais emblemático neste sentido parece ser o do Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos, existente em princípios de nosso período republicano.
- ⁷ Cfe. GADOTTI, Moacir. *História das idéias pedagógicas*. São Paulo: Ática, 2005, p. 142.
- ⁸ Cfe. PEIXOTO, Ana Maria Casassanta. Reflexos da Revolução de 1930 na educação brasileira. In: *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre, outubro de 1980. Porto Alegre: Erus, 1983, p. 201.
- ⁹ Cfe. OLIVEIRA, Lindamir Cardoso Vieira. Contribuições à história das relações estado/educação escolar: o período de 1937 a 1946. *História da Educação ASPHE/Fae/UFPEL*, Pelotas, n. 18, p. 121-144, set. 2005.
- ¹⁰ Apud GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2005, p. 89.
- ¹¹ FERREIRA, Naura; FORTUNATO, Sarita. A inspeção escolar como forma de controle do Estado Novo: uma contribuição às origens da gestão da educação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, IV. *Anais...* 2006, Goiânia, p. 2. Disponível em: <http://www.>

sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-e-co-autorais-eixo03.htm. Acesso em: 26 maio 2008.

- ¹² Cfe. GERTZ, René. Op. cit., p. 98.
- ¹³ OLINTO, Beatriz Anselmo. Fragmentos de uma cidade: a Cidade do Rio Grande frente a alguns aspectos da modernidade. *Biblos* - Revista do Departamento de Biblioteconomia e História, Rio Grande: Furg, v. 8, 1996, p. 147.
- ¹⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Pecuária e indústria: formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha no século XIX*. Porto Alegre: Movimento, 1986. p. 26.
- ¹⁵ OLINTO, Beatriz Anselmo. Op. cit., p. 157.
- ¹⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit., p. 72.
- ¹⁷ Idem, p. 63.
- ¹⁸ Este inquérito não foi conduzido pelo inspetor Eugênio Carneiro. Da assinatura parcialmente ilegível, é possível identificar com certeza o sobrenome "Souza de Azevedo".

Bibliografia

FERREIRA, Naura; FORTUNATO, Sarita. A inspeção escolar como forma de controle do Estado Novo: uma contribuição às origens da gestão da educação. In: CONGRESSO BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, IV Goiânia, 2006. *Anais...* Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-e-co-autorais-eixo03.htm>. Acesso em: 26 maio 2008

GADOTTI, Moacir. *História das idéias pedagógicas*. São Paulo: Ática, 2005.

GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2005.

NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. t. III, v. II

OLINTO, Beatriz Anselmo. Fragmentos de uma cidade: a cidade do Rio Grande frente a alguns aspectos da modernidade. *Biblos* - Revista do Departamento de Biblioteconomia e História, Rio Grande: Furg, v. 8, 1996.

OLIVEIRA, Lindamir Cardoso Vieira. Contribuições à história das relações estado/educação escolar: o período de 1937 à 1946. *História da Educação ASPHE/Fae/UFPel*, Pelotas n. 18, p. 121-144, set. 2005.

PEIXOTO, Ana Maria Casassanta. Reflexos da Revolução de 1930 na educação brasileira. In: *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre, out. 1980. Porto Alegre: Erus, 1983.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Pecuária e indústria: formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha no século XIX*. Porto Alegre: Movimento, 1986.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Vozes, 1991.

SAVIANI, Dermeval. A política educacional no Brasil. In: STHEFANO, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005. v. III.